FIOCRUZ

PROPOSTA
Jornal da Reforma Sanitária

19

radis
REUNIÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - MANGUINHOS

NOVEMBRO DE 1989

ESCOLHA SEU CANDIDATO

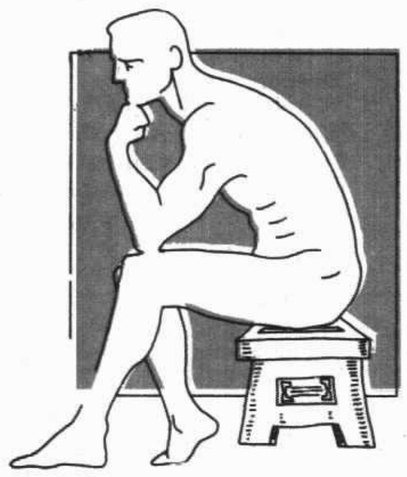
Esta edição do PROPOSTA é quase totalmente dedicada à eleição presidencial. Com base nos números divulgados pelos principais institutos de pesquisa de opinião na semana de 18 a 23 de outubro, o RADIS ouviu os dez candidatos mais bem colocados em relação às suas propostas para a saúde e resumiu seus pensamentos em espaços equânimes, respeitando, inclusive, a ordem em que estão colocados nas pesquisas.

Ouvimos Fernando Collor (PRN), Leonel Brizola (PDT), Luis Inácio Lula da Silva (PT), Guilherme Afif Domingos (PL), Paulo Maluf (PDS), Mario Covas (PSDB), Ulysses Guimarães (PMDB), Roberto Freire (PCB), Aureliano Chaves (PFL) e Ronaldo Caiado (PSD), buscando dar a nossos leitores uma visão a mais ampla possível do que cada candidato pretende implementar no setor caso seja eleito.

Entre as propostas apresentadas pelos candidatos temos desde aquelas que fortalecem o Sistema Único de Saúde criado pela Constituição, na perspectiva da implantação de uma rede pública, gratuita e eficiente no caminho da completa estatização do setor, até aquelas que defendem a livre concorrência entre instituições públicas e privadas, sendo que as que melhor prestassem assistência receberiam maiores parcelas de recursos.

Há também os candidatos que propõem claramente a participação popular na gestão do sistema como exigência básica para sua eficiência e aqueles que acreditam que a qualidade do atendimento será conseguida através da injeção de mais verbas na rede, seja ela pública ou privada, que apresentar maior produtividade.

Frente a propostas tão díspares e de tamanha importância para o futuro da saúde pública brasileira e para o projeto de Reforma Sanitária, que optamos por dedicar esta edição à eleição presidencial, acreditando estar prestando mais um serviço a nossos leitores através da democratização do debate de idéias e concepções relativas ao futuro do País e do setor saúde. **(Páginas 3 a 7)**



CARTAS

Caos em Rondônia

Foi com prazer que voltamos a ler o PROPOSTA depois de um semestre sem contarmos com essa valiosa publicação de difusão de informações em saude, compromissada com a democracia no setor, que passa obviamente pela informação e discussão para tomada de decisões.

Aqui em Rondônia o caos na saúde salta aos olhos. O atual Secretário de Saúde, Olímpio Távora — médico privatista que despreza o movimento sanitário, os sanitaristas, o povo em geral e os trabalhadores da saúde em particular — é confesso não participante da 8.ª Conferência Nacional de Saúde, onde preferiu abandonar as discussões por se achar em minoria para logo depois atuar a nível da Ciplan, longe dos "comunistas". Hoje, trata a saúde do nosso povo, que morre dizimado pela malária e pela iatrogenia, como principal fonte de lucro para si e para seus aceclas.

Após a aprovação do Plano de Cargos e Salários da Saúde, o Governo de Rondônia concedeu, a revelia dos demais profissionais, 75% de reajuste aos médicos, que hoje são remunerados com 100% a mais que os outros profissionais de nível superior. É importante lembrar que, infelizmente, a maioria dos médicos que imigram para Rondônia, vem com o objetivo de aqui conseguir o que lhe é impossível em muitos estados: montar clínica, explorar o povo, lucrar com a doença. Temos uma clínica de malária a cada esquina, que proliferam mais e mais a cada dia, mesmo sem contar com convênios do Inamps. Poucos e honrosos foram os casos de médicos contratados pelo Estado que não assinaram o escandaloso contrato de "Pro Labore", fórmula criada para premiar a produtividade destes profissionais, para quem o setor público é "bico", esquecendo itens como qualidade e eficácia na assistência prestada.

O garimpo de ouro e cassiterita tem provocado a imigração para estas terras de milhares de brasileiros. Após a derrubada e queimada de florestas, que não respeitam sequer as castanheiras e seringais nativos, surgem cidades inteiras sem qualquer estrutura básica. Os mosquitos, sem outro animal para picar, têm feito do Homem seu reservatório e vítima muitas vezes fatal. O Estado não conta com um único serviço de hemodiálise e a insuficiência renal é uma das complicações mais comuns da malária. O Centro de Medicina Tropical não dispõe freqüentemente de cloroquina e primaquina, e faltam **kits** para o exame de transaminases.

Dias antes da promulgação da Nova Constituição, foi criado em Rondônia o Sucs (Sistema Unificado e **Centralizado** de Saúde), pelos decretos 3.902 e 3.903, que subordina todo o sistema já municipalizado ao Departamento de Serviços de Saúde e Saneamento da Secretaria de Saúde, desconsiderando as comissões interinstitucionais municipais de saúde já implantadas, o que veio precipitar o quadro lastimável em que hoje se encontram os serviços em nosso Estado.

Esperando que as publicações do RADIS mantenham a linha editorial desenvolvida até o momento, na defesa da implantação da Reforma Sanitária no Brasil, subscrevemo-nos com saudações sindicais.

Lucia Rejane Gomes da Silva — Coordenadora Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e Rondônia.

PROPOSTA
Jornal da Reforma Sanitária

Este Jornal é editado pelo RADIS — Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde —, projeto desenvolvido pela Escola Nacional de Saúde Pública e pelo Centro de Informação para Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, com o apoio das secretarias estaduais de saúde do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e do Ministério da Saúde.

Coordenador do Projeto RAIS: Ary Carvalho de Miranda; **Editor Responsável**: Álvaro Nascimento; **Reportagem e Redação**: Álvaro Nascimento, Rogério Lannes Rocha e Jane Paiva; **Ilustrações**: Carlos Xavier (Caco); **Banco de Notícias**: Sinval Brandão; **Secretária**: Jandira Vilhena; **Arte**: Cláudio Mafra; **Banco de Dados**: Luís Fernando Oliveira; **Aux. Adm.**: Marisa Aguiar e Marcos Antonio Aguiar.

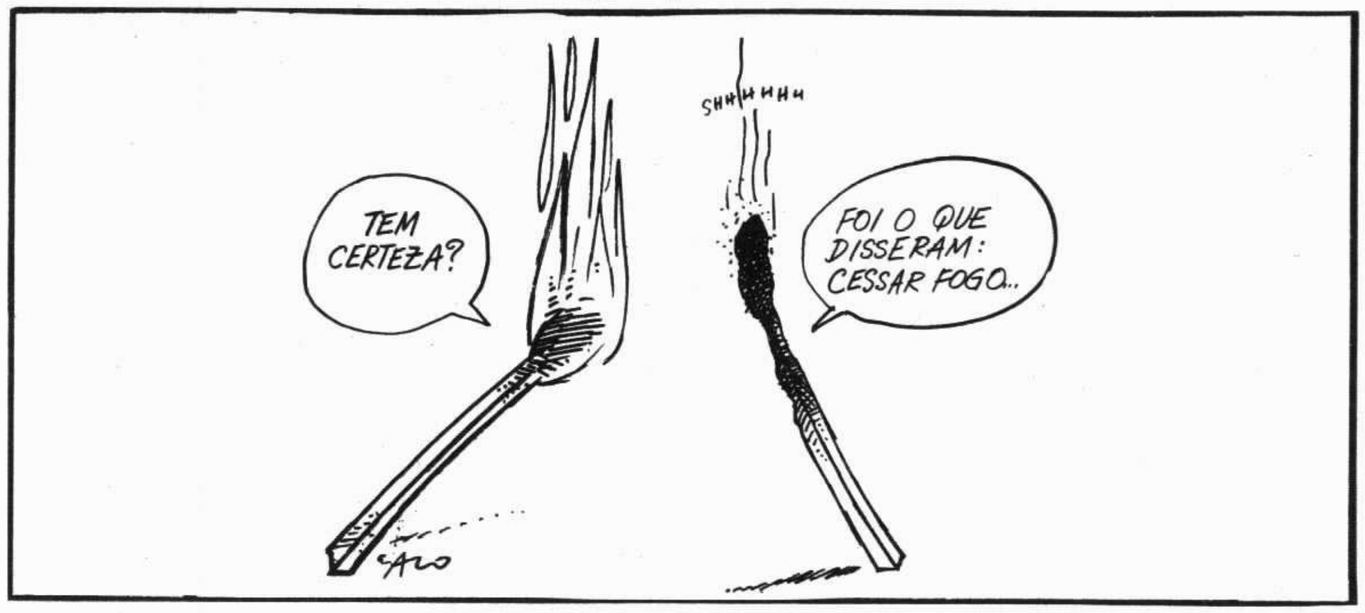
Tiragem: 42 mil exemplares; **Distribuição**: Direta, via Correio; **Composição, Fotolito**: WJ-Fotocomposição Ltda. Tel.: 273-5115 **Impressão**: Jornal dos Sports S.A. (Rua Tenente Possolo 15/25 — Rio de Janeiro).

Projeto RADIS: Av. Brasil 4.036 — salas 509/511/513/515 — CEP. 21040. Manguinhos — Rio de Janeiro — Brasil — Tel.: (021) 260-7979 — Telex: FUOC 021-23239.

CACO

DOSE DUPLA

Um cessar fogo para a Amazônia



"Uma trégua ecológica para a Amazônia" é o nome de um programa elaborado por entidades ecológicas de pesquisa e da sociedade civil brasileira, apontando 10 medidas de grande impacto para salvar da destruição irresponsável este patrimônio fundamental para a vida do planeta.

Entre as propostas estão a instituição de um "habeas-data ecológico"; regulamentação do artigo 225 da Constituição sobre a criminalização dos delitos ambientais; soberania para as nações indígenas e demarcação de suas terras; anulação dos contratos de siderurgia a carvão a lenha no Projeto Grande Carajás; revisão dos grandes projetos hidrelétricos na região amazônica; substituição do mercúrio pelo carvão ativado no processo de apuração e estabelecimento de nova política mineral, baseada na nova Constituição; revisão das políticas de colonização e exploração madeireira; e criação das reservas extrativistas.

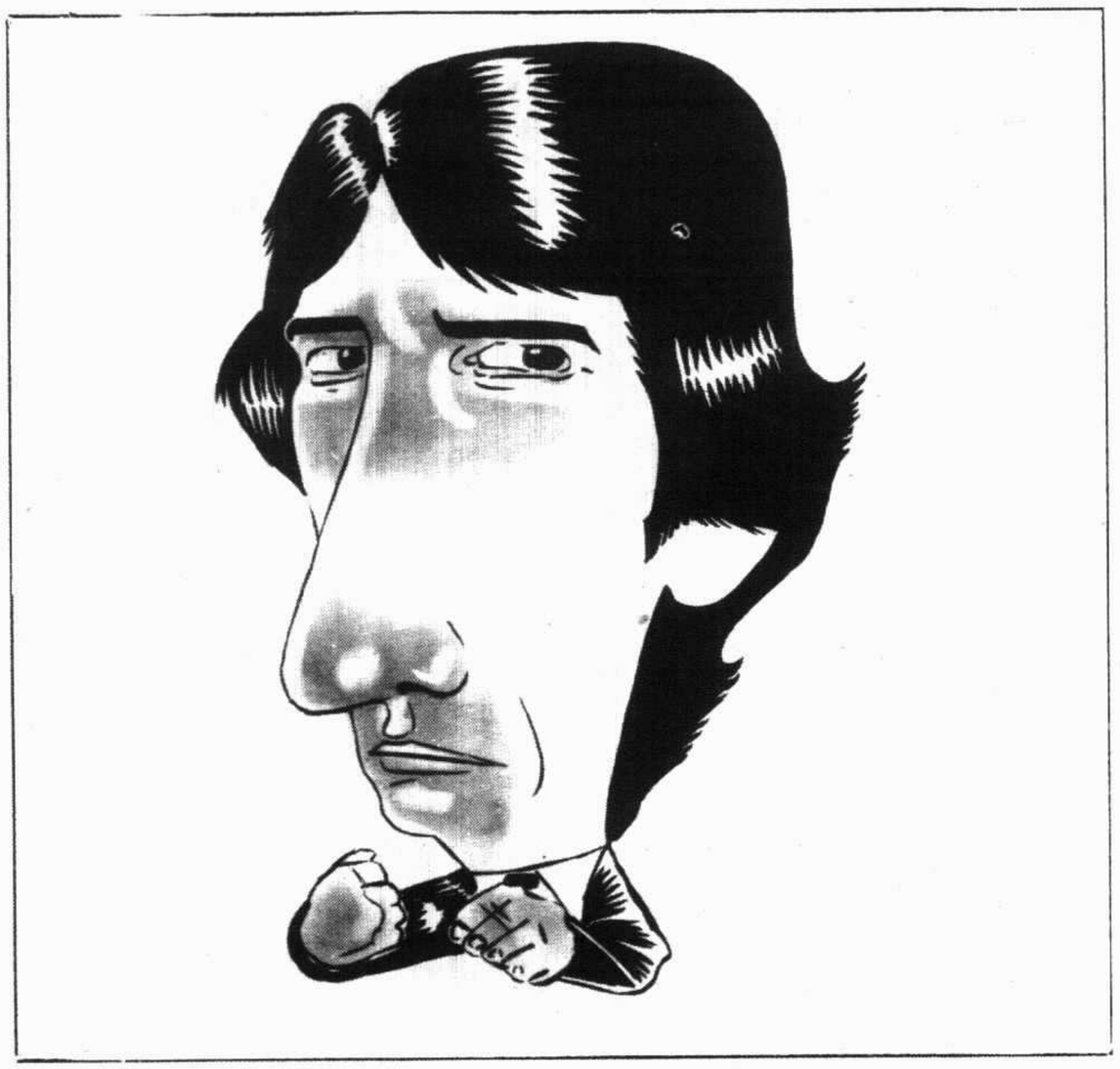
O programa propõe ainda um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia, reorientando os investimentos para atividades ecológicas e socialmente sustentadas no extrativismo, pesca, turismo, indústria não-poluente e mineração não-predatória; além de um "cessar-fogo" para a região, com a suspensão pelo período mínimo de três anos de todos os incentivos e dos empreendimentos minerais, siderúrgicos, viários e hidrelétricos que impliquem em desmatamento em grande escala, mudanças irreversíveis do ecossistema ou prejuízos significativos às populações locais e aos povos indígenas.

Brasil. A pior divisão de renda

Em tempos de eleição é bom lembrar que a distribuição de renda no Brasil é, seguramente, uma das piores do mundo, a julgar pelos dados do relatório do Banco Mundial de 1988. Dos 46 países que forneceram dados sobre o assunto ao Banco, o Brasil possui a pior distribuição. E isto não é um reflexo direto do nível de crescimento econômico, já que todos os países mais pobres que o Brasil mencionados no relatório, como Bangladesh, Indonésia e El Salvador, apresentam uma melhor distribuição de renda.

Entre 1940 e 1987, o Produto Interno Bruto per capta (a riqueza total produzida no país dividida pela população) aumentou cerca de 385%. No mesmo período, o salário mínimo caiu 63,7%. De 1955 a 1979, o Brasil foi a economia que mais cresceu no mundo: 7,1% ao ano, à frente do Japão, com 6,1%. Contudo, de 1960 a 1985, a participação dos 50% mais pobres na renda nacional caiu de 17,4% para 13%, enquanto a participação dos 5% mais ricos aumentava de 28,3% para 34,2%. Ao contrário do que se dizia na época do "milagre econômico", o bolo cresceu durante quase meio século, mas não foi distribuído.

A péssima distribuição da renda no Brasil está relacionada, em grande parte, com a remuneração dos trabalhadores assalariados — que somam 72% da população economicamente ativa remunerada. De acordo com a legislação que criou o salário mínimo, em 1.º de maio de 1940, ele deveria ser suficiente para sustentar uma família de quatro pessoas. Em outubro de 1988, porém, ele só cobria 13,2% das necessidades básicas de uma família (tal como definidas na legislação), segundo o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-econômicos (Dieese).



Collor quer Estado "como instrumento do progresso"

O candidato do PRN Fernando Collor de Mello assegura que, se eleito, "governo e Estado deixarão de tutelar a sociedade, como é típico do Estado cartorial e paternalista que, em maior ou menor grau, sempre tivemos, para passar a servi-la como instrumento do progresso, do bem-estar, da paz e da tranquilidade social".

Segundo ele, o fim da interferência estatal "indevida" na economia não significa um Estado fraco. Ele reafirma que "não quer, não pretende e nem deseja" brigar com o FMI, mas sim "brigar dentro" do FMI.

"Temos que mobilizar nossas energias" — diz Collor. "Temos que despertar a nação num esforço coletivo e solidário, para pôr fim, de uma vez por todas, aos vexatórios índices de desempenho social que nos envergonham perante nossos irmãos e toda a comunidade internacional".

Se eleito, o candidato do PRN diz que vai deixar bem claro, desde o primeiro dia de seu governo, que não se conforma com a fome por que passam diariamente milhões de brasileiros. "Não nos conformamos com a miséria, com a desnutrição e com a mortalidade infantil", afirma. Não nos conformamos com o analfabetismo, com as condições subhumanas de habitação, de falta de saneamento básico, e com a precariedade dos transportes coletivos. Não nos conformamos com a indignidade do salário-mínimo que não permite a sobrevivência do trabalhador e de sua família, como não nos conformamos com a queda da qualidade do ensino e dos índices de evasão e repetência nas escolas."

Com relação à saúde pública, Collor diz que é preciso que o programa de assistência preventiva seja uma decorrência dos esforços da comunidade científica "no combate permanente às endemias que grassam em nosso País e abreviam a vida de milhões de brasileiros na juventude e na idade adulta, comprometendo o futuro da população".

Ele diz ainda que "não se pode continuar alimentando as distorções de um sistema em que os médicos, principais profissionais da saúde, são legalmente estimulados a sobreviver em situação de extrema precariedade, permitindo que haja Estados em que um médico recebe por mês metade do soldo de um soldado da Polícia Militar."

A valorização do papel social dos profissionais de saúde, em sua opinião, passa necessariamente "pela remuneração condigna e pelo reconhecimento público da relevância de seu trabalho altamente qualificado, requer a conjugação de esforços dos governos federal, estaduais e municipais, para criar padrões nacionais de retribuição e desempenho não apenas na área médica, mas igualmente na assistência odontológica, hoje virtualmente ignorada pelo poder público". É indispensável, acrescenta o candidato, "que as diversas especialidades profissionais voltadas para a saúde dentária sejam engajadas nesse esforço para que efetivamente possamos garantir a higidez física do nosso povo".

Brizola propõe criação de coordenações nacionais de políticas de saúde

"A dramática situação de saúde do povo brasileiro tem origem na fome, no desemprego, nos salários miseráveis, na ignorância, nas péssimas condições de saneamento, de moradia, no abandono das crianças e dos velhos. Sem tratar destes assuntos, por mais que se invista em hospitais, só lograremos transformar o País todo em um imenso CTI".

Com base nesta conclusão do Fórum de Debates para a elaboração do programa de saúde do PDT, o candidato Leonel Brizola promete mobilizar todo o Governo para cuidar da saúde. Em sua gestão, seria criado o Ministério da Saúde e Assistência Social, com participação nas decisões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e representação em coordenações nacionais de políticas de nutrição, saneamento, segurança do trabalho e outras a serem criadas.

Programas intersetoriais apoiariam também o combate às endemias como a doença de Chagas, com um programa especial de habitação rural, ou a malária e equistossomose, com ações de saneamento básico e drenagem.

Brizola afirma que todo o planejamento de saúde vai partir da necessidade de diminuir as desigualdades sanitárias, priorizando a atenção aos mais vulneráveis, como os moradores da periferia das grandes cidades e os trabalhadores rurais, as crianças, os deficientes, o índio e as mulheres.

Segundo o programa do PDT, a saúde vai ajudar a educação cuidando das crianças desde o ventre materno até o ingresso na escola, integrando a assistência materto-infantil nos centros comunitários e incluindo suplementação alimentar durante todo o período pré-escolar. Os Centros Integrados de Ensino Públicos (Cieps) darão continuidade à essa política, com assistência médica e dentária, aulas de higiene e alimentação. Deverá ser criado também o Instituto Nacional de Educação para a Saúde, visando ativar um Programa de Educação Popular para a Saúde, utilizando os meios de comunicação de massa para orientar sobre higiene alimentar, divulgar programas de auto-ajuda como o do alcoolismo e treinar servidores da saúde, a fim de atualizar e ajustar os recursos humanos em programas de educação continuada, tornando-os melhor preparados para as ações de saúde.

No Governo, o PDT pretende reorganizar o Sistema Nacional de Saúde, tendo como base a participação popular e a municipalização da gestão dos serviços. Segundo o programa do partido, as entidades sindicais e comunitárias teriam representação no Conselho Nacional de Saúde. Inamps seria incorporado ao Ministério da Saúde, e a Fundação Sesp, seria reestruturada, a ela se incorporando a Sucam.

Brizola quer fortalecer a política de insumos para a saúde. Em seu governo, a Central de Medicamentos (Ceme) cuidaria também da política de sangue e hemoderivados, promovendo a pesquisa e produção em laboratórios oficiais, universidades e indústria farmacêutica nacional. Ele pretende privilegiar investimentos para a capacitação e auto-suficiência na produção de vacinas e outros imunobiológicos. Finalmente, o PDT quer os serviços privados de saúde com critérios técnicos, gerenciais e financeiros para operarem bem definidos, ficando sob fiscalização federal.

Ilustração Caco

Lula: serviço essencial estatizado e controlado por conselhos populares

"Temos que compreender saúde como resultado do atual modo de organização social da produção, que gera condições desiguais e inaceitáveis de vida, doença e morte". Assim pensa o candidato do Partido dos Trabalhadores à Presidência, Luís Inácio Lula da Silva, para quem os problemas de saúde não se resolvem só com assistência médica, remédios e hospitais, "como quer fazer crer o atual modelo de atenção à saúde".

A partir desta concepção, o plano de ação de governo do PT para a saúde articula-se às demais políticas sociais, econômicas e ambientais, como habitação, educação, reforma agrária e saneamento, não se esgotando em medidas racionalizadoras ou de extensão de cobertura (aumento do número de serviços para maior atendimento à população).

Através de seu plano, o PT pretende resgatar a noção de saúde como direito de todos e dever do Estado, imprimindo uma marca própria à construção do Sistema Único de Saúde (SUS), estatizado e sob controle popular. Estes são presupostos colocados pelo partido para garantir a melhoria da qualidade dos serviços, o respeito aos direitos dos usuários, a eficácia e a universalização da atenção à saúde (acesso igual para todos).

"O setor privado, que se construiu e se mantém financiado pelo setor público, deve ser tratado com o máximo rigor", diz Lula. "Devem ser imediatamente estatizados todos os serviços de coleta, controle e distribuição de sangue, os hospitais, a indústria farmacêutica e de equipamentos considerados estratégicos para a construção do SUS. Aqueles considerados essenciais devem ser progressivmente estatizados e todos os privados, conveniados ou não, devem ser mantidos sob rigoroso controle público."

O candidato do PT, que tem o apoio do PSB e do PC do B através da Frente Brasil Popular, quer a rede pública fortemente estimulada, recuperada e ampliada, dentro de uma nova lógica, especialmente a partir das regiões mais carentes e desassistidas. Isso inclui ainda, segundo Lula, o estímulo à produção estatal de medicamentos, equipamentos e insumos essenciais e uma política de recursos humanos articulada à transformação do sistema, com acesso por concurso público, plano único de cargos, carreira e salários que contemple a isonomia salarial, além de educação continuada em serviço.

Dentro da concepção de atenção integral à saúde, o novo modelo proposto pela candidatura do PT deverá incluir programas específicos para a saúde do trabalhador, da mulher e da criança, do idoso, saúde bucal e mental. E deverá, principalmente, ser controlado pela população em todos os níveis.

Além de ter um significativo percentual nos orçamentos da União, da Seguridade Social, dos estados e municípios, Lula considera que mais recursos deverão ser destinados à saúde com o não pagamento da dívida externa brasileira.

Afif defende saúde com planejamento, investimento, boa formação e integração

Ilustração Caco

O candidato do Partido Liberal (PL) à Presidência da República, Afif Domingos, garante que "as revoluções previstas em nossos planos de governo — educacional, tecnológica, verde e urbana — estarão todas a serviço da área de saneamento e da saúde do povo brasileiro. O mesmo ocorrerá durante a fase de implementação do Plano de Emergência. Até que se consiga assegurar salários mais justos e se eleve o nível geral de emprego, o Estado procurará garantir alimentação e remédios às famílias de baixa renda".

Ressaltando a contradição "do País ser a 8.ª economia do mundo e, ao mesmo tempo, ocupar o 64.º lugar mundial no que concerne à esperança de vida dos recém-nascidos", e apontando as graves deficiências hoje existentes nas áreas de saúde e saneamento, entre outras que deterioram as condições de vida dos brasileiros, Afif acentua a necessidade de um projeto para a área da saúde, com planejamento, formação adequada de recursos humanos, investimentos compatíveis e integração.

— O descompasso entre o Ministério da Saúde, Escritórios Regionais do Inamps e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde é flagrante, dificultando o repasse de verbas, na maioria das vezes, por problemas de incompatibilidade política das correntes que gerem estas esferas, o que não combina com o grau de responsabilidade necessário à gestão do setor. Exemplo muito recente desse desacerto é o malogro do Suds (Setema Unificado e Descentralizado de Saúde), um belo projeto que se perde pela falta de entrosamento e ineficiência das cúpulas — acentuou.

Para o candidato do PL, "a pulverização dos recursos na saúde é outra questão delicada. Não se entende como as verbas destinadas na origem à saúde chegam tão diluídas ao destino, levando-nos à crença de que a inflação não é a única responsável pelo descalabro. Por causa deste conjunto, a saúde é penalizada por questões que vão de precaridade do ensino médio à falta de isonomia salarial dos profissionais da área ou até à inexistência de um fundo de saúde. Estamos convictos, contudo, de que a situação é crônica porque aqui o problema sempre foi tratado politicamente, jamais a partir de considerações técnicas".

— Nossa proposta para a viabilização da saúde no Brasil passa pelo seu tratamento suprapartidário. O que significa atacar as causas responsáveis pela deterioração da saúde pública. Ou seja: promover saneamento básico, combater as endemias, garantir o atendimento primário através da vacinação, exames pré-natal, assistência materno-infantil ás grandes comunidades, combates à desnutrição, incentivando o ataque a essas carência a partir dos municípios, através da comunicação mais elementar. Nossas dificuldades, como se sabe, estão na profilaxia antes de se colocarem nas doenças ditas estabelecidas. Minha proposta neste sentido é a municipalização da saúde e uma rigorosa fiscalização no atendimento prestado à população — concluiu Afif.

Para Maluf, Previdência deve ser gerida dentro de cada local de trabalho

"A saúde no Brasil precisa de reformas urgentes, não somente em relação à cura das doenças, mas também na prevenção das moléstias que atingem o povo brasileiro", avalia o candidato do PDS Paulo Maluf. Para isso, se eleito, ele pretende tomar medidas quanto à melhoria do saneamento básico e colocará em ação um projeto de mensagens que ensine à população noções de higiene e de bom aproveitamento alimentar. Além disso ele quer incluir nos currículos escolares matérias específicas da área de saúde.

No programa de governo de Paulo Maluf existe um capítulo dedicado à melhoria da Previdência Social do País. Em sua visão, a Previdência não funciona, hoje, porque esbarra na incompetência de seus atuais administradores. Para resolver os problemas da Previdência, ele pretende criar um fundo retido na própria empresa contribuinte, da ordem de 6 a 7% do salário do trabalhador. Esse fundo seria administrado por uma comissão designada em consenso entre patrões e empregados e beneficiaria o empregado, propiciando-lhe condições de escolher o hospital e o médico que desejar, tanto para ele quanto para sua família.

Assim, ele espera acabar com as dúvidas que surgem quanto ao dinheiro arrecadado pela Previdência, "que é mantido na esfera federal, sem que se saiba o seu destino", já que, de acordo com sua proposta, a contribuição ficaria na empresa, com fiscalização do empregado.

"O problema da AIDS, que surgiu quando procurava-se a cura para o câncer, será combatido com eficiência", garante o candidato. Para isso, ele pretende criar um programa eficaz de conscientização, informando à população sobre os mecanismos disponíveis para a prevenção da doença. Sua ação não se limitaria às campanhas, promete, mas partiria para uma fiscalização rigorosa nos hospitais, no material sangüíneo disponível para a transfusão em pacientes hemofílicos, "que têm sofrido por causa da ineficiência da fiscalização federal", diz Maluf.

"A idéia básica é fazer dos hospitais brasileiros o espelho do Instituto do Coração, construído em São Paulo, na minha administração, quando governador", finaliza.

Covas promete reorganizar serviços e fortalecer as ações preventivas

— Em primeiro lugar, temos que criar as condições para que a população brasileira tenha saúde, afirmou o candidato do PSDB à Presidência da República, senador Mário Covas, ao explicar as propostas dos "tucanos" para o setor. Para ele, o estabelecimento destas condições significa crescimento econômico, que assegure o pleno emprego, a redistribuição de renda, bons níveis salariais, reforma agrária, uma política de abastecimento que garanta a oferta adequada de alimentos em quantidade e qualidade, além de serviços sociais básicos universalizados para o conjunto da sociedade: creches, escolas, assistência médica, saneamento e seguridade social.

O candidato Mário Covas explicou, ainda, que os objetivos específicos de seu Governo nesta área serão os de organizar os serviços de saúde, para que se possa oferecer uma eficaz ação preventiva, assim como assistência médica aos que dela necessitam.

— Defendemos a proposta do Sistema Único de Saúde com a prevista descentralização a nível dos estados e municípios e assumimos metas explícitas de estender a cobertura da vacina tríplice e da anti-sarampo para, pelo menos, 90% da população infantil. Pretendemos, também, desenvolver o Programa de Assistência Integrada da Saúde da Mulher. Outras metas específicas poderiam ser aqui lembradas: são necessários recursos financeiros, recursos humanos bem formados e treinados, com carreiras adequadas e dignas condições de trabalho, com ênfase na pesquisa aplicada, no desenvolvimento de imunobiológicos, na formação e permanência de uma razoável massa crítica de pesquisadores e, principalmente - assegurar que tudo isso se dê em condições de autonomia e liberdade, ao largo de idiossincrasias políticas ou ideológicas — acentuou o candidato.

No seu entendimento, "o Governo que se iniciará em 1990 terá as mais amplas condições, em que pese as dificuldades econômicas por que passa o País, de tornar o nosso povo saudável e as nossas crianças mais felizes, cuidando de todos. Isso, é claro, se esse Governo estiver comprometido com a resolução dos problemas populares e apenas com isso".

— Sabemos que apenas vontade política de atacar a raiz dos problemas sanitários brasileiros pode produzir os resultados desejáveis, neste fim de século, que implique em saúde para todos, bem estar e felicidade. Foi assim com Oswaldo Cruz e Rodrigues Alves. Terá que ser assim, daqui para o ano 2000. Em suma, apenas uma força política, legitimada pela vontade popular, com sensibilidade para ouvir e sentir os anseios da parte majoritária da população, poderá mobilizar recursos materiais e humanos para elevar substancialmente a qualidade de vida dos brasileiros, erradicando o vergonhoso quadro de nossas endemias, aliviando as crianças das conseqüências de doenças evitáveis e aumentando a média de vida das pessoas — afirmou Mário Covas, acrescentando, ainda, a necessidade de fortalecer as instituições de pesquisa:

— Ciência e Governo podem fazer muito pela sociedade, quando existe o propósito de fazê-lo e competência para executá-lo.

Freire: sistema eficiente só com a participação da sociedade organizada

— Saúde é uma exigência para uma vida digna e deve ser encarada como um direito de todos, cujo pleno gozo só será alcançado coletivamente com a edificação de uma sociedade socialista no Brasil.

A declaração de Roberto Freire resume sua plataforma para a saúde. Candidato do Partido Comunista Brasileiro à Presidência da República (que conta com o sanitarista Sergio Arouca, ex-Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, como candidato a vice), Freire define "o atual sistema de saúde como anárquico, ineficiente e voltado para interesses mercantilistas da área privada e para a demagogia governamental, que diz querer fortalecer o sistema público e, na prática, o desestrutura e sucateia".

Roberto Freire diz que "a solução para os problemas do setor não está nos estreitos limites da assistência à saúde mas também na melhoria das condições de vida das pessoas, no respeito a seus direitos sociais no trabalho, alimentação, habitação, educação,lazer, meio ambiente sadio e nos seus direitos civis de liberdade de organização, expressão e exercício pleno da cidadania". Ele entende que "a transformação das atuais condições de saúde da população está ligada a um projeto de Reforma Sanitária que inclua a participação ativa da sociedade organizada em sua implantação".

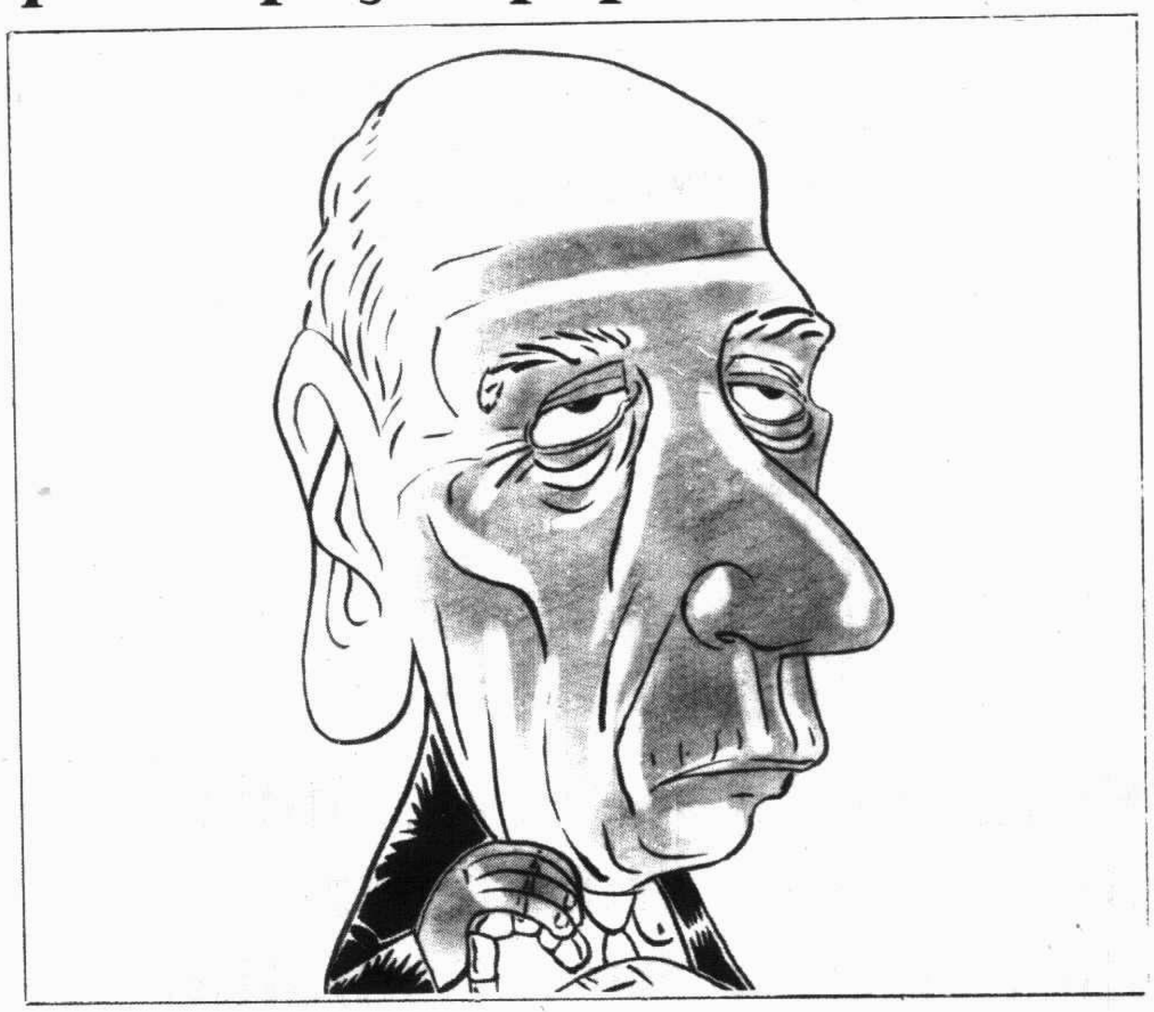
O candidato do PCB afirma que implantará o Sistema Único de Saúde público, descentralizado e democrático, conforme proposta do movimento social ligado à área da saúde aprovado na 8.ª Conferência Nacional de Saúde e depois na Constituição", e reafirma que este sistema "será totalmente estatal, pois se neste momento ele ainda deve contar com a participação complementar do setor privado, subordinado, é claro, às diretrizes do sistema único, sob controle da população, o Estado deve, paulatinamente, cumprir seu papel de oferecer um sistema público, gratuito e de boa qualidade a todos"

Roberto Freire vai estatizar os setores estratégicos, "a começar pelo sangue e derivados, imunobiológicos e demais insumos críticos para o setor, como reza a Constituição" e rever a forma como os trabalhadores hoje se vinculam a distintos órgãos do sistema de saúde, dando ênfase a uma relação empregatícia que contemple a isonomia de cargos e salários que comporte diferenças que favoreçam a opção pelo tempo integral, dedicação exclusiva e lotação em áreas carentes.

Freire defende que "o sistema de saúde incorpore as ações de atenção à saúde do trabalhador, controle ambiental, saúde do consumidor, da mulher, saúde mental, nutrição e consolide as instituições de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, adotando medidas de estímulo em áreas prioritárias como medicamentos, equipamentos e vacinas". Setores estratégicos da área farmacêutica serão nacionalizados e a produção estatal de imunobiológicos será aumentada.

Para implementar estas modificações, Roberto Freire afirma "que é imprescindível aumentar dos atuais 2 5% do Produto Interno Bruto para pelo menos 8% o financiamento para a seguridade social, mediante a redefinição de prioridades, abolição de subsídios e eliminação de incentivos fiscais ao setor privado, ao lado do estancamento da sangria dos recursos nacionais representada pelo pagamento das dívidas externa e interna.

Ulysses promete acelerar a descentralização com participação popular



O candidato do PMDB à Presidência da República, Ulysses Guimarães, fazendo jus à sua condição de ex-Presidente da Constituinte, garante que em seu governo a saúde será um direito de todos e um dever do estado. "A política para esse setor terá como base o Sistema Único de Saúde (SUS), que vai acelerar a descentralização, através de várias esferas do governo; permitir o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; e promover a participação da comunidade", afirma Ulysses. "Ao mesmo tempo, executaremos duas políticas nacionais determinantes dos níveis de saúde da população: saneamento básico e complementação nutricional, em especial para a população jovem".

Na questão do saneamento básico, o governo do PMDB pretende trabalhar de forma coordenada em três frentes. Na primeira, o esforço seria para aperfeiçoar o desempenho da distribuição de água, com um programa de melhoria de padrão de funcionamento das redes, de forma a estancar perdas que hoje chegam a 50% do total distribuído. O segundo caminho é o de expandir significativamente o volume de ligações de esgoto. No terceiro, o governo do PMDB pretende melhorar a coleta de lixo nas grandes cidades, dando-lhe uma destinação adequada.

"O meu governo atacará o problema da desnutrição, priorizando a nutrição das gestantes e das nutrizes", diz Ulysses. "Para isso, implantaremos o serviço de atendimento materno-infantil em todos os estabelecimentos oficiais. A meta é atingir dois milhões de gestantes e nutrizes, para fazer cair os altíssimos índices de mortalidade infantil. Ainda no campo da nutrição, universalizaremos o programa nacional do leite, fazendo com que ele atinja a totalidade das crianças de um a sete anos de famílias de baixa renda. Depois, progressivamente, será elevada a ração do leite, hoje em torno de 400 miligramas".

Na área da assistência médica, o PMDB quer concentrar esforços para melhorar os serviços já instalados. O quadro atual é considerado "desalentador", pelo programa do candidato: "equipamentos estão quebrados; dezenas de milhares de metros quadrados de construções em todo o País estão interrompidos; ambulatórios fechados; postos de saúde subequipados; escassez de funcionários em certas unidades, excesso em outras".

Antes de aumentar a rede assistencial, Ulysses quer concentrar esforços para fazer funcionar o que já existe atualmente. A mesma prioridade ele pretende dar às faculdades públicas de medicina, recuperando equipamentos e valorizando o professor.

"O meu governo dará toda a assistência necessária à medicina preventiva mas, evidentemente, o estado também atuará na questão do tratamento de doenças como malária, esquistossomose, doença de Chagas, hanseníade e tuberculose.

Em seu governo, ele assegura que a iniciativa privada terá papel relevante na área de saúde, podendo atuar com liberdade e independência. "Mas os empresários serão fiscalizados pelo governo para que obedeçam a legislação, respeitem a vida e cumpram os princípios éticos da medicina", adverte o candidato do PMDB.

Aureliano: integrar saúde às demais políticas econômicas e sociais

— Não há milagres. No sentido mais abrangente, saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, lazer, liberdade, acesso e posse da terra, bem como acesso aos próprios serviços de saúde. Portanto, saúde é o resultado das formas de organização social da produção.

Esta é a opinião do candidato do PFL à Presidência da República, Aureliano Chaves, explicitando que, no seu entendimento, "direito à saúde significa a garantia, pelo Estado, de condições dignas de vida e de acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde em todos os níveis, levando ao desenvolvimento pleno do ser humano em sua individualidade.

Observando que esse direito não se materializa, entretanto, pela simples formalização no texto constitucional, o candidato Aureliano Chaves assegura que, em seu Governo, o Estado assumirá explicitamente uma política de saúde consequente e integrada às demais políticas econômicas e sociais, assegurando os meios que permitam efetivá-las, "o que implica garantir trabalho, alimentação, moradia, educação, meio ambiente, transporte, lazer, segurança, enfim, um desenvolvimento equilibrado."

Na avaliação do candidato do PFL, nos últimos anos observou-se uma melhoria nas condições de saúde dos brasileiros, tomados em conjunto. "A expectativa de vida elevou-se em dez anos, passado a 64 anos, e a mortalidade infantil (de crianças com menos de um ano) baixou de 121,7 mortes por mil nascimentos, em 1960, para 70 por cada mil, em 1983. Contudo, ainda estamos muito longe da situação alcançada pelos países desenvolvidos, onde a expectativa de vida chega a 76 anos e a mortalidade infantil raramente é superior a 10 mortes por mil crianças nascidas vivas".

Aureliano Chaves afirma que, no tocante à prevenção, além do esforço para dignificar a situação dos brasileiros em geral, melhorando globalmente suas condições de vida, seu Governo dará mais atenção ao saneamento básico e ao combate às endemias.

— Especificamente no que se refere ao atendimento, estamos experimentando um Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde que consiste em reunir, a nível municipal, as equipes dos diversos serviços envolvidos (Previdência, Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde). Achamos que este sistema, embora tenha falhado, deva ser aperfeiçoado, principalmente porque a multiplicação de órgãos públicos leva a políticas conflitantes, enquanto a unificação e descentralização caminha em direção à eficiência — concluiu.

Para Caiado, sistema deve trabalhar com base na "livre concorrência"

"Num país em que seis milhões de pessoas têm esquistossomose, oito milhões são portadoras da doença de Chagas e 40% das internações infantis são decorrentes de desnutrição, a situação de saúde é alarmante", analisa o candidato do Partido Social Democrático, Ronaldo Caiado.

Ele lembra que trinta milhões de brasileiros vivem na miséria absoluta e não têm acesso a qualquer tipo de serviço de saúde. Se eleito, o candidato, que é médico, pretende dar ênfase à medicina preventiva.

"A minha proposta é tratar o problema em todos os seus aspectos. Por um lado, a geração intensiva de empregos e a distribuição de renda através dos salários, atrairá para o sistema previdenciário a população que hoje se encontra à sua margem; a arrecadação do sistema crescerá, dando-lhe capacidade de investir mais, sem assaltar o bolso do contribuinte", afirma Caiado.

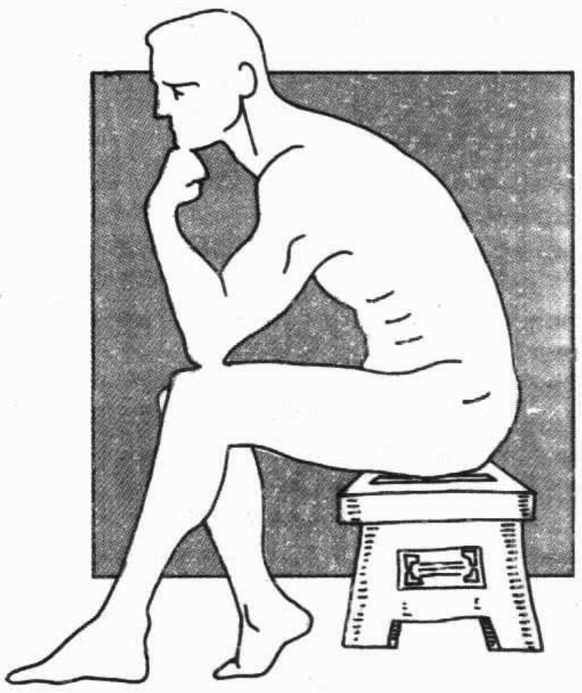
Por outro lado, o candidato acredita que o Inamps e o Suds "devem se dirigir à sua razão de ser: o doente". E antecipa sua postura se chegar à Presidência da República.

— Farei do doente o nosso maior aliado. E isso me parece fácil. Basta deixar que ele próprio escolha por quem quer ser atendido: a rede hospitalar pública ou a particular.

Segundo a proposta do líder ruralista e ex-presidente da UDR, os recursos deverão ser alocados em função da produtividade, critério a ser adotado tanto para os hospitais públicos, quanto para os privados.

"Aquele que prestar o melhor serviço pelo menor preço, isto é, for mais eficiente, ganhará mais", define Caiado. "Valerá a livre concorrência".

Esta, em sua opinião, seria a chave para a solução do problema da saúde no País. "Eu não tenho a menor dúvida", prevê o candidato do PSD. "O povo correrá para aquele que melhor e mais rápido o atender. E o governo liberará maiores recursos para aquele que o povo preferir".



FIOCRUZ
PROPOSTA
Jornal da Reforma Sanitária
radis
REUNIÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE

Lei Orgânica da Saúde pode ser aprovada ainda em novembro

Poderá ser aprovada ainda no início deste mês a Lei Orgânica da Saúde, que complementa o Capítulo da Seguridade Social da Constituição. O texto substitutivo ao conjunto de propostas apresentadas ao Congresso, foi elaborado pelo Deputado Geraldo Alckmim (PSDB-SP) e apresentado à Comissão de Saúde no dia 24 de outubro, com prazo de um dia para receber destaques antes da sua publicação. O início da discussão e votação do substitutivo e dos destaques foi marcado para a semana seguinte, em regime de urgência.

"Acredito que as chances de chegarmos a um consenso na votação deste projeto dentro da própria Comissão, sem que a matéria seja levada a Plenário, são muito grandes", avaliava o Relator da comissão da Saúde, Geraldo Alckmim, no dia da apresentação do texto.

A transferência dos textos em discussão nas comissões setoriais para o Plenário só é necessária quando a solicitação é feita por 10% dos congressistas, motivada pela dificuldade de consenso para sua aprovação nas comissões.

Segundo o Deputado Alckmim, todos os projetos apresentados foram agregados ao projeto enviado pelo Executivo, que recebeu ainda 300 emendas e foi a base para a elaboração do substitutivo. Ao todo, 400 emendas foram encaminhadas, sendo 90 delas ao projeto do Deputado Raimundo Bezerra.

Os pontos Básicos do Sistema Único de Saúde consagrado pela Constituição nortearam o texto substitutivo, segundo Alckmim. Entre os princípios incluídos no texto final estão o da gratuidade dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), e o controle do Estado pela sociedade, através de conselhos deliberativos em todos os níveis de governo — ítens que não constavam do projeto do Executivo.

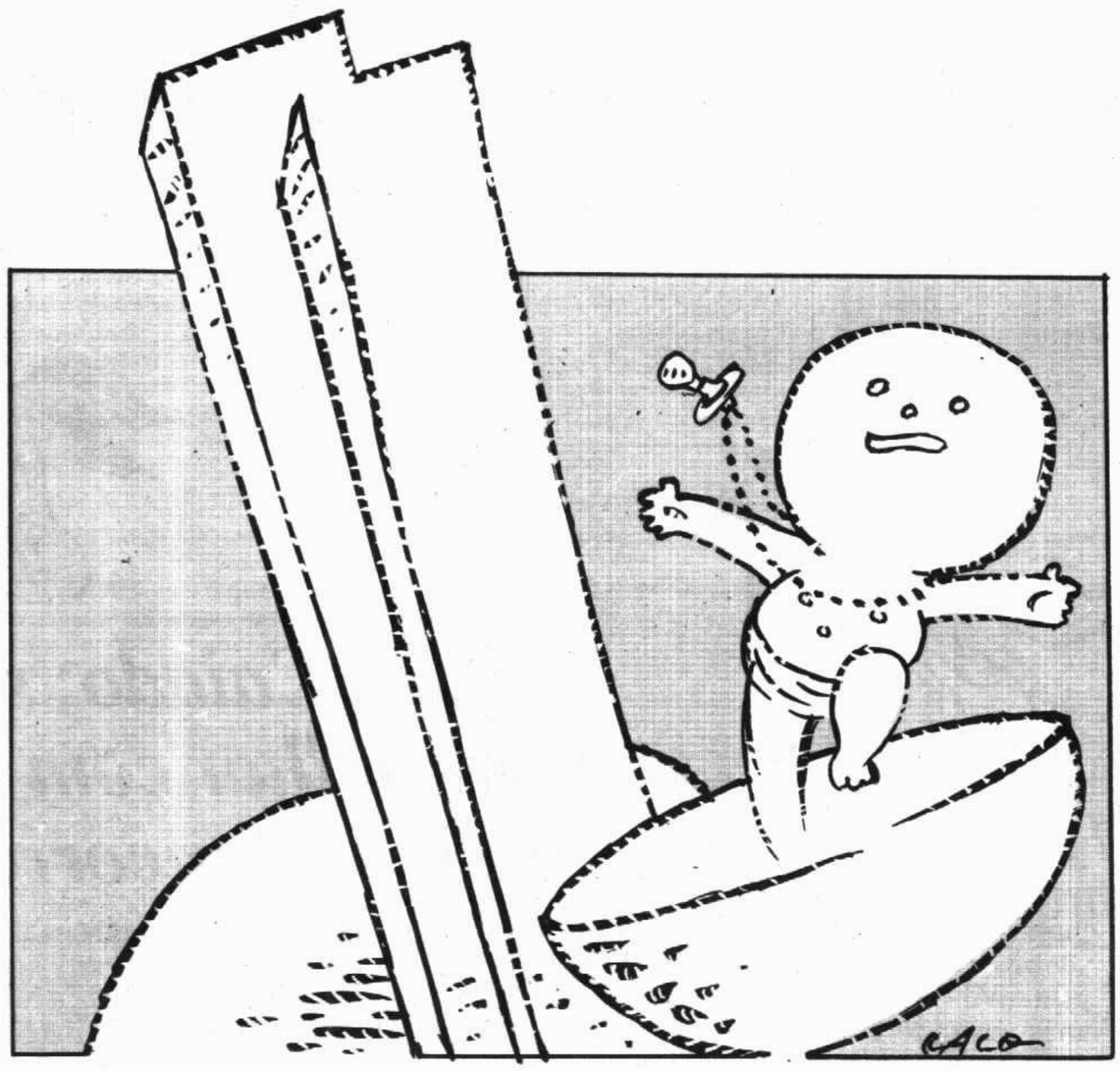
Na definição do financiamento, a saúde fica com 35% do orçamento da Seguridade Social. Acabam os convênios e os repasses para Estados e municípios passam a ser automáticos, podendo as verbas serem repassadas diretamente da União para o município. Quanto à forma de aplicação dos recursos, 50% do repasse terá critérios definidos tecnicamente pelas instituições de saúde coordenadas pelo SUS local e 50% terão critérios definidos pela população.

A iniciativa privada participará de forma complementar do sistema, nos serviços que o setor público ainda não puder oferecer, sendo dada preferência para as instituições filantrópicas e sem fins lucrativos.

Na área de recursos humanos, o projeto substitutivo determina que até 180 dias após a aprovação da Lei, seja estabelecido um plano de cargos e salários e um piso salarial nacional para o SUS.

O texto transfere imediatamente o Inamps para o Ministério da Saúde, extingue os escritórios regionais do instituto e dá prazo de 180 dias para que o Ministério da Saúde extingüa o Inamps e crie uma nova estrutura adequada às necessidades do novo sistema.

Caso seja aprovado o texto final encaminhado pelo Deputado Geraldo Alckmim, os recursos destinados à saúde deverão atingir 8% do Produto Interno Bruto, dentro de um prazo de cinco anos. Isto significa que, por determinação do Congresso, qualquer que seja o próximo Presidente da República, será tarefa sua atingir a meta de dobrar o orçamento que hoje é destinado à saúde.



O Deputado Geraldo Alckmin, Relator da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados.